

## A autocrítica do nacionalismo

*Ignácio Rangel, o paladino da batalha do "petróleo é nosso", acha que muitas idéias dos anos 50 devem ser deixadas para trás*

Carlos José Marques e João Carlos Leal

No momento em que o nacionalismo é consagrado entre os constituintes, uma lúcida crítica ao seu reinvento surge de onde menos se espera. Bastião nacionalista dos eufóricos anos 50, participante da concepção do "Plano de Metas" engendrado no governo de Juscelino Kubitschek, o advogado Ignácio Rangel, 75 anos, economista por vocação – e por um breve curso na Universidade de Santiago do Chile –, aponta que o nacionalismo que praticou, e que tentam reeditar, dando margem de sobrevivência aos mesmos cartórios que se formaram por aquela época, está desatualizado para os dias de hoje. Para ele o nacionalismo é a parte variável de uma equação que objetiva superar problemas atravessados pelo País em determinado momento, e é progressista ou retrógrado a depender de sua contemporaneidade.

Assume Rangel que a estatização em marcha nos tempos em que participou da equipe econômica de JK forçou uma quebra de caixa do Tesouro e é, portanto, parte responsável pelo déficit público atual. "Sabíamos que mais cedo ou mais tarde isso iria acontecer, só não podíamos prever quando", diz ele. Mas, como todo bom estudioso do tema, acredita existirem saídas.

**P –** *Que diferenças existem entre o nacionalismo da década de 50 e esse arroubo nacionalista dos parlamentares na Constituinte?*

**R –** Primeiro é bom que se diga que existem vários tipos de nacionalismo, que se manifestaram de diferentes maneiras ao longo da história do Brasil. Houve uma época, por exemplo, que ser nacionalista era ser antiportuguês. Daí a Guerra das Garrafadas para botar a galegada para fora. Naquela época, quando se consolidava a independência nacional, esse tipo de

afirmação era necessário para resolver certos problemas. A raiz do nacionalismo, contudo, não muda. Ele é sempre uma manifestação de patriotismo. Um patriotismo que tem um conteúdo diferente conforme a realidade em que está mergulhado. À medida que a gente vai avançando, vai resolvendo problemas e vai entrando em novas etapas de desenvolvimento, a direção do nacionalismo sofre correções de rumo. O que importa saber é o seguinte: em 50 esse nacionalismo tinha um forte conteúdo pró-industrialização.

**P –** *E que era contemporâneo dos desafios daquela época.*

**R –** Exato. O importante nos anos 50 era industrializar o País. A essência do nacionalismo de então era a reserva de mercado. Havia uma sintonia. Um sentimento nacional de apoio às indústrias brasileiras que lastreava politicamente uma estratégia de industrialização, que contemplava com a reserva de mercado as indústrias estrangeiras que viessem fabricar seus produtos dentro do Brasil.

**P –** *Uma prática que, segundo críticos, formou mais tarde um amplo sis-*

*tema cartorial.*

**R –** O sistema cartorial é um troço que eu nunca soube exatamente o que o Hélio Jaguaribe queria dizer com isso. O cartorialismo é apenas uma forma que certas coisas eventualmente assumem. Hoje se pode dizer: há cartorialismo no caso da reserva de informática. É muito fácil. É o lado negativo. Acontece que nós temos criado indústrias uma atrás da outra com base na reserva de mercado. O problema é saber se nós estamos de fato em condições de favorecer, de promover uma indústria. Se nós já temos condições, devemos usar a reserva de mercado. Acontece que hoje nós estamos chegando a um ponto em que essa industrialização, baseada na substituição de importações, está-se esgotando.

**P –** *Nesse sentido ainda existe, hoje, espaço para uma reserva de mercado?*

**R –** Eu acho que, se ainda existe, está começando a caminhar para não existir mais.

**P –** *Ela deixaria de ser uma regra.*

**R –** Sim. Seria uma exceção, como acontece em todos os países. Os Estados Unidos, por exemplo, são um país gigantesco, pujante, e, não obstante, vez por outra se fecham para garantir uma indústria deles. E o Japão? Se não se protegesse, o Japão nunca chegaria ao ponto em que está. Os japoneses se fecharam e criaram condições propícias para que sua indústria tomasse conta do mercado. Foi para caminhar nessa direção que o nacionalismo brasileiro dos anos 50 tomou aquela forma.

**P –** *E hoje...*

**R –** Hoje é diferente. O Japão, competitivo, pode abrir-se para o mundo sem afetar seu saldo da balança de pagamentos. Isso também pode acontecer conosco. Nossa industrialização



Pedro Agilison

Rangel: "Integrar o Brasil no mundo"

continua na pág. 8



continuação da pág. 5

tem de tomar uma forma capaz de dar muito mais importância à expansão das importações, à integração no mercado mundial. Mas nós vamos fazer isso como? Não vamos competir vendendo automóveis para os Estados Unidos. Podemos até vender alguma coisa, mas não é a chave. Temos de pensar no Terceiro Mundo, no mundo socialista. É com esses que nós temos de ter formas especiais de intercâmbio. Talvez a forma adequada de substituir a reserva de mercado seja um planejamento do comércio exterior com base em acordos bilaterais. Então o que vamos ter? Vamos ter um nacionalismo que vai promover a expansão do comércio exterior brasileiro. O contrário do nacionalismo que tivemos até agora: exclusivista e voltado sobre si mesmo. Nós teremos agora um nacionalismo que vai permitir organizar o mercado mundial de acordo com as nossas necessidades. Vamos aumentar as exportações, aumentar as importações, aumentar o intercâmbio. Temos hoje no Brasil uma situação em que a capacidade da indústria é maior do que o mercado pode absorver. Teremos então de organizar as exportações.

**P** – Mas nesse nacionalismo, digamos, mais liberal, qual o papel do Estado?

**R** – O papel do Estado na ampliação do comércio exterior vai ser crucial. Teremos problemas nas balanças comerciais e o governo terá de buscar soluções. O caso mais chocante: a União Soviética. Nós vendemos 100 dólares e compramos 14. Então ela se fecha. E é claro que tem de se fechar. Porque se eles vão ter de pagar em moeda forte, é melhor comprar nos Estados Unidos. Assim, esse nosso nacionalismo que está por vir deverá dar cobertura a essa forma nova de desenvolvimento econômico que vamos adotar.

**P** – Esse nacionalismo que o sr. fala é o ideal para esse momento, para o agora. Mas o que está se desenhando na Constituinte é o nacionalismo ideal?

**R** – Não. Mas toda lei, e isso é uma coisa que aprendi na Faculdade de Direito, traz consigo uma carga arcaizante. Ela, no fundo, tende a resolver problemas passados. Depois, a própria vida vai levando, através da jurisprudência, através dos costumes, e

uma nova realidade vai se impondo. No fim, acabará havendo uma lei cobrindo aquelas exceções.

**P** – Ela vai se amoldando à realidade?

**R** – Sim. Hoje, por exemplo, os nossos constituintes estiveram muito ocupados em fazer a reforma agrária. Mas que reforma eles pretendiam fazer? Eles queriam a reforma agrária que nós, os revolucionários dos anos 30, não fizemos nos anos 30. É bom não esquecer o seguinte: a coisa mais parecida com a reforma da primeira metade do século que tivemos neste país foi o Estatuto da Terra. Mas ele era ruim por quê? Porque era reacionário. Porque estava resolvendo um problema já solucionado pela História.

**P** – Como assim?

**R** – Nos anos 30 havia o problema da propriedade que era grande mas a exploração agrícola era pequena. Mesmo quando o camponês trabalhava em terra alheia a produtividade era muito baixa, os instrumentos rudi-

## Só um nacionalismo se justifica: a proteção ao comércio exterior

mentares. Com a reforma o que aconteceria? Se fosse dada terra ao camponês ele iria trabalhar com os mesmos métodos e a mesma produtividade da produção latifundiária, com a vantagem de que não teria de dividir sua produção com o proprietário da terra e podia até ser um começo para melhorar a qualidade de sua tecnologia. Mas hoje é muito diferente. O novo latifúndio é explorado com máquinas, com tecnologia moderna, com agrônomos. Nessa nova realidade, o que aconteceria se fosse empregada a reforma, tal como pensada em 1930? O camponês iria receber seu pedaço de terra e competir com o latifúndio moderno. Ele não teria a menor chance. Nossos “poetas” da reforma agrária na Constituinte estavam querendo repetir o que não conseguimos fazer em 30.

**P** – Quando existia razão de ser . . .

**R** – Em parte. Nós achávamos, em 30, que a reforma agrária era necessária. E estávamos errados. Nós ima-

ginávamos que sem ela seria impossível industrializar o País e a realidade era outra. O caminho da industrialização passava pela substituição de importações. Bastava, portanto, que se fechasse a economia brasileira para tecidos importados e estava criado o mercado para tecidos fabricados no Brasil. E isso, ao contrário do que pensávamos, podia-se fazer sem a reforma agrária.

**P** – Ainda assim, existe inegavelmente um grande debate nacional em torno da reforma agrária.

**R** – Existe, sem dúvida. Mas eu acho que nós estamos discutindo um problema inexistente. A verdade é que o País é grande e, mais ainda, não pára de crescer. Toda vez que se constrói uma cidade, uma nova região se torna acessível. Quando se introduz uma tecnologia nova, tornam-se agricultáveis terras que antes não eram cultiváveis. Quando a saúde pública resolve um problema de uma endemia rural, uma nova região se torna habitável. Quer dizer, o país real, o país econômico, apesar de estar geograficamente definido há vários séculos, continua a crescer. Diante disso é que devemos enfrentar o problema. É preciso dar terras aos camponeses. Isso é ponto pacífico. Mas que terras e por quê? A razão é simples. Antes só havia um tipo de agricultura e em torno dela se ocupou e se organizou as relações no campo. Hoje não, é uma agricultura moderna, que se faz com máquinas, tecnologia e mão-de-obra assalariada. O problema é que essa mão-de-obra é usada de maneira muito inadequada. Quer dizer, ela é usada alguns meses do ano, não ocupa todos os membros da família e se faz por mobilizações e desmobilizações cíclicas.

**P** – Uma ocupação apenas sazonal.

**R** – Sim. Com essa forma de organização se produz muito mais do que antes, mas, antigamente, o homem ficava ligado à terra o ano todo. Ao passo que agora não. Só uns poucos trabalhadores rurais têm trabalho garantido o ano inteiro. A massa dos agricultores, não. E mais ainda: os membros inativos da família camponesa – velhos, crianças e muitas vezes as mulheres – não utilizados tendem a inclinar núcleo para a desagregação, despejando-os sobre as cidades. Qual é então o problema que está em pauta e deveria ter norteado os trabalhos na



Constituinte? É o seguinte: onde e como o bóia-fria vai deixar sua família enquanto ele estiver trabalhando na fazenda? E mais. O que ele vai fazer nos meses em que não estiver trabalhando no latifúndio? Se forem dadas a este homem algumas centenas de metros quadrados e se criar um quintal grande para ele, estará-se ocupando ele e a sua família, mantendo-a integrada. Mais ainda: ele se sentirá menos pressionado a mandar homens trabalhar na lavoura de terceiros e, portanto, vai ser preciso um número maior de famílias para atender à mesma demanda do setor capitalista do campo. Com isso, haverá uma oportunidade de reabsorção dessa mão-de-obra que se exilou na cidade.

**P** – *O sr. condenou a preocupação excessiva dos “revolucionários” dos anos 30 com a reforma agrária, tida, erroneamente, como fundamental para o desenvolvimento industrial do País. Ao mesmo tempo vem alinhando uma série de soluções para o problema rural de hoje. Para o Brasil dos anos 90 a questão agrária seria fundamental?*

**R** – O problema agora é outro. Não é mais dar um pedaço de terra ao camponês para ele concorrer com o empresário capitalista. Ele não vai concorrer. Isso não quer dizer que não exista função para a pequena propriedade. Não a tradicional, e, sim, um quintal grande. Para esse tipo de reforma agrária, o fundamental é a reforma urbana, ponto de partida para uma verdadeira mudança nas relações rurais, que não estava no Estatuto da Terra, mas está na Constituinte.

**P** – *Nesse ponto a Constituinte foi então contemporânea.*

**R** – É claro. A reforma urbana cria condições para a criação de núcleos suburbanos. E entre esses núcleos e uma aldeia de bóias-frias não há grande diferença.

**P** – *Há a distância do trabalho.*

**R** – Sim. Para se viabilizar a aldeia serão precisos investimentos pesados, criar uma malha de transportes, especialmente o ferroviário, que permita aos núcleos urbanos, como Rio e São Paulo, formarem um rosário de núcleos suburbanos. Assim estaria-se viabilizando o trabalho rural do chefe da família com atividades ou estudos de seus filhos, na cidade. O problema é que o Estado não tem condições de

bancar esses investimentos hoje.

**P** – *E qual a solução?*

**R** – A solução é privatizar. Mas antes é preciso mudar a base institucional.

**P** – *É sempre necessário alimentar uma arrancada desenvolvimentista com mudanças na base institucional?*

**R** – Claro. A crise é econômica, mas traz consigo desajustamentos de natureza jurídica que se resolvem politicamente.

**P** – *Foi assim nos anos 50? As leis, inclusive a Constituinte de 46, foram fundamentais para o sucesso do Plano de Metas?*

**R** – Sim. Existiu a reforma fiscal, a cambial, dentro da Sumoc, que foi o que criou o leilão de câmbio. Do mesmo modo, antes mesmo da década de 50, o País já começou a adotar medidas restritivas às importações. O automóvel estrangeiro, por exemplo, era importado sem os pneus – que tinham de ser nacionais. E chega uma certa altura em que os próprios produtores acham melhor

## **A reforma agrária não é prioritária. Basta o Estatuto da Terra**

vir fabricar suas mercadorias aqui dentro. O problema é, que depois que as empresas estrangeiras entravam, protegidas pela reserva, tornavam-se mais nacionalistas do que todo mundo.

**P** – *Depois de instaladas as multinacionais ajudaram a fechar as portas do País?*

**R** – Claro. Enquanto eles estão lá fora, são contra a reserva de mercado. Depois que entram são a favor.

**P** – *E até que ponto as multinacionais que operam aqui atrasaram a abertura do País para o mundo?*

**R** – Eu não diria que elas atrasaram o processo de abertura. Elas entraram promovendo o desenvolvimento do País.

**P** – *Numa primeira etapa, sim. Mas e depois?*

**R** – Depois, como ainda havia outros setores, ainda internos, a desenvolver, os problemas do isolamento não foram sentidos nessa primeira etapa. Nós não industrializamos o País por

igual e sim por setores, num processo de substituição que ia até determinado ponto, se completava, e, então, nos voltávamos para outra área.

**P** – *E cada setor desse, quando completo, com se comportava?*

**R** – Quando ele alcançava o limite do mercado ele parava os seus próprios investimentos.

**P** – *O que já estava mapeado pelo Plano de Metas?*

**R** – O Plano de Metas formal é uma coisa para inglês ver. Ele tinha um conteúdo verdadeiro, mas no fim desenvolvemos indústrias muito além do que pensávamos e outras ficaram muito atrás das metas programadas. Isso exigiu que nós, nos dois últimos relatórios do plano – que foram produzidos sob a minha direção –, tivéssemos de arrumar as coisas, nivelando os resultados para manter a confiança popular no plano. E fizemos isso porque queríamos que o povo não perdesse a confiança no Plano de Metas, pelo contrário, que exigisse novos programas de desenvolvimento. Eu sabia que ele era ilusório, sob certos aspectos, mas sabia também que ele tinha um lado positivo que o justificava amplamente: era o sentimento gerado na população que não se podia perder. Eu ia muitas vezes em viagens pelo interior do País, quando trabalhava pelo BNDE e, por toda a parte, encontrava pessoas apaixonadas pelo plano.

**P** – *Uma paixão parecida com a que se viveu durante parte de 86?*

**R** – Sim . . .

**P** – *Seria uma característica nacional, essa pronta resposta a estímulos?*

**R** – Não. Isso acontece em qualquer país. O Brasil acreditou naquilo e não seria eu que ia chegar, naquele momento, e dizer que estava dando errado.

**P** – *Por conta dessa sensibilidade do governo e deu seu corpo técnico, o sr. diria que a paixão despertada na década de 50 foi melhor aproveitada do que a de 86?*

**R** – Sem dúvida. A nossa foi comprada pelo próprio presidente. Conversando com Juscelino, em 62, ele me disse: por que no nosso tempo as coisas davam certo e agora não dão? E eu tive de pensar se devia ou não dizer para aquele homem que as coisas deram certo mas não pelas razões que ele estava pensando. No fundo ele

*continua na pág. 12*



*continuação da pág. 9*

atribuía a si mesmo um papel maior do que o verdadeiro e, por conta disso, tornou-se um excelente relações-públicas do Plano de Metas.

**P** – Mas, se o plano não deu certo pelos motivos que pensava JK, por que razões ele deu certo?

**R** – A crise que está aí, de certo modo, estava implícita no que nós fizemos. Isso quer dizer que estava errado o que fizemos? Não, mas nós estávamos criando problemas novos. Por exemplo, nós tínhamos um sistema bancário adequado para a comercialização de bens não-duráveis como tecidos, sapatos, essas coisas. Ou seja, um sistema financeiro que, com um faturamento de 60 dias, resolve o problema de venda. Agora, quando nós detonamos o Plano de Metas, estávamos voltando o País para a venda de geladeiras, automóveis, apartamentos, coisas que exigem prazos mais longos de financiamento. Era preciso, portanto, organizar o sistema financeiro para atender a esse novo tipo de demanda. Mas de onde vinha esse problema, essa necessidade de reaparelhamento das instituições financeiras? Do tipo de indústria que nós criamos. Então, deu certo. Nós criamos indústrias de bens duráveis, que exigem um aparelho de financiamento capaz de trabalhar a longo prazo, capaz de compensar taxas de inflação maiores que, realmente, passaram a acontecer. Portanto precisávamos implantar o que hoje chamamos de correção monetária e que, naquela época, chamávamos de escala móvel.

**P** – O sr. contou isso a JK?

**R** – Conteí.

**P** – E o que ele disse?

**R** – Perguntou por que não fizemos. E eu respondi que fizemos. Ou melhor, estávamos fazendo. Eu convenci o presidente João Goulart a mandar para o Congresso um projeto de lei explorando a possibilidade de fazermos as mudanças necessárias no sistema financeiro. Mas existiam entraves políticos.

**P** – Que foram superados com a revolução de 64?

**R** – Sim.

**P** – E a revolução acabou dando as bases institucionais para as novas mudanças que se faziam necessárias?

**R** – Deu, sem dúvida.

**P** – E, hoje, são os militares, em parte,

os responsáveis pelo novo impasse? Ou seja, o nacionalismo militar, que chegou a se aliar a setores de esquerda na Constituinte, entrava a etapa de internacionalização que o sr. entende como necessária à superação da atual crise?

**R** – Creio que os militares possam opor-se à privatização de algumas indústrias que considerem estratégicas.

**P** – Dentro da ótica da evolução do conceito de nacionalismo, os militares estariam defasados no tempo?

**R** – É possível. Mas acontece que eles se acomodam depressa. Eles aprendem a ver muito rápido. É bom não esquecer que o que estou afirmando hoje, e antes não era bem assimilado, vem sendo dito por muitas pessoas e ensinado nas escolas. Estão-se formando novos quadros, com uma nova concepção nacionalista.

**P** – Inclusive nas escolas militares?

**R** – Provavelmente.

**P** – O sr. se recorda de outros mo-

## Sabíamos que a estatização iria estourar o caixa. Mas não já

mentos em que o nacionalismo militar mudou?

**R** – Na Proclamação da República, por exemplo. Em dado momento, os generais, que eram a espada do império, proclamaram a República. Eram os tenentes de Benjamim. E quem eram eles? Oficiais formados pela escola tradicional. Depois, em 1930, vieram os tenentes do movimento que veio a ser conhecido como movimento tenentista. É o pensamento novo que, necessariamente, vai surgir.

**P** – Isso não parece estar fluindo tão naturalmente na Constituinte. Os parlamentares do grupo dito nacionalista, quando investem contra o capital estrangeiro, normalmente investem também contra o capital privado nacional. Ou seja, é uma reação não apenas nacionalizante como estatizante...

**R** – Porque no passado deu certo. A velha regra de ouro do futebol, que não se mexe em time que está ganhando, é praticada também aí. No

fundo, quando o País entra em crise, a primeira idéia que vem é que essa é uma crise temporária e que tudo voltará a ser como antes. Em 62, por exemplo, o País estava numa crise profunda, mas ninguém estava acreditando que aquela crise só poderia passar depois de mudanças institucionais, mudanças de hábitos etc. Foi preciso que a crise econômica se convertesse também em crise política e de finanças do Estado para enxergarem essa realidade. Até aquele momento o País era refratário às mudanças institucionais necessárias. Diz-se que Rangel ajudou a geração da idéia de que era preciso estatizar para o “Petróleo é nosso” dar certo. Muito bem, na época eu ajudei. Mas nós estamos resolvendo esse problema há 30 anos, é tempo pra burro num país como o Brasil. Querem esticar a estatização além do necessário. Não pense que naquele tempo eu não estava pensando nisso. Eu sabia que mais cedo ou mais tarde a quebra de caixa iria acontecer. Na época se pensava: que tipo de garantias nós vamos oferecer aos credores? O aval do Tesouro era a resposta. Muito bem, ele é magnífico enquanto as pessoas acreditarem nele: mas com aquele grau de endividamento, chegaria um tempo em que ele perderia a credibilidade. Eu não tinha meios, naquele tempo, de calcular quando aconteceria, mas que iria acontecer eu sabia. Não foi nenhuma surpresa. Os prazos foram mais longos, o fôlego que a instituição governo tinha foi mais longo, mas ele chegou ao fim, aconteceu exatamente como eu imaginava. Outro dia eu fui almoçar com o governador de Minas Gerais, Newton Cardoso, sobre esse assunto. Ele acha que é preciso privatizar mas a idéia de privatização que se está fazendo por lá é que essa é uma questão quase que informal. Eles estão com a idéia de vender, estão sentindo que a reforma tem de passar por ali. Mas não é somente isso. Vejo que até aqueles mais apegados à idéia de estatização estão pensando em repassar. A Sudene, que é um baluarte estatizante, está me chamando especificamente para discutir esse assunto lá no Nordeste. A Eletropaulo me chamou, vários outros também. Acredito que estão chamando porque se esgotaram as alternativas. Estou atualmente dirigindo uma equipe no

*continua na pág. 16*